

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO
DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS**

**Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural à Agricultura
Familiar: a experiência no município de Iaçú – BA**

ADEVAL ALMEIDA DA SILVA JUNIOR

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA
OUTUBRO – 2023**

Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural à Agricultura Familiar: a experiência no município de Iaçú – BA

ADEVAL ALMEIDA DA SILVA JUNIOR

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Colegiado de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

Orientadora: Maria Lucia S. Sodré


Co-Orientadora: Alcía Ruiz Olalde

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA


OUTUBRO - 2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO
DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS**


**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO DE NOME DO AUTOR**

Documento assinado digitalmente
 **MARIA LUCIA DA SILVA SODRE**
Data: 04/11/2023 01:14:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Maria Lúcia da Silva Sodré
CCAAB/UFRB
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **ALICIA RUIZ OLALDE**
Data: 03/11/2023 20:28:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Alicia Ruiz Olalde.
CCAAB/UFRB (Aposentada)

Documento assinado digitalmente
 **CELSO LUIZ BORGES DE OLIVEIRA**
Data: 03/11/2023 21:34:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Celso Luiz Borges de Oliveira
CETEC / UFRB

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
OUTUBRO- 2023**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo o dom da vida, por ter me dado forças para seguir com meu objetivo, mesmo diante de tantas dificuldades e acontecimentos.

A minha mãe, Maria Nilza Macedo da Silva, pelo apoio de sempre, todas as suas orações, carinho, preocupação, incentivo e amor. Tenho comigo muito de você mãe, e sou muito grato ao universo por isso. Ao meu pai pelos ensinamentos, por me dizer muito até quando você não diz nada. Obrigado por ser um pai presente do seu jeito. Tenho muito orgulho de sua coragem, seu exemplo. As minhas irmãs, Milena Macedo da Silva e Mariana Macedo da Silva, pelo apoio, por acreditarem na minha capacidade. Meu cunhado, Nilton Silva Filho, pelo apoio. In memoriam, ao meu avô, Miguel Carlos Macedo, meu eterno amigo, me ensinou como lidar com o desconhecido, me disse que era para acreditar em minha pessoa, e você estava certo vô. Eu te levo sempre comigo. Amo-te eternamente. A minha avó, Judite Alves Macedo, minha gratidão pelo carinho e apoio. In memoria, aos meus avós paternos Zulmira Almeida da Silva e Octaviano Pereira da Silva, vocês sempre cultivaram o amor pela terra, e de certo modo, plantou a semente do amor pelo solo, pelas plantas. Minha eterna gratidão. A minha tia Jucineide Macedo, muito obrigado pelo apoio, motivação e conselhos. Aos primos que estiveram sempre comigo, meu muito obrigado.

Aos meus colegas e amigos da universidade UFRB, com quem convivi intensamente durante essa caminhada, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

Ao grupo de pesquisa GEPAES coordenador pelo prof. Celso Borges, meu muito obrigado.

Ao grupo de pesquisa GEF-BA coordenado pelo Dr. Prof. Ossival Lolato Ribeiro, pelos ensinamentos e lapidação.

A empresa Cultivar JR, meu muito obrigado por toda lapidação.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, minha eterna gratidão. Aos mestres que tive a honra de conhecer e ser aluno. Sua participação foi crucial para meu desenvolvimento profissional.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade durante todo o meu período escolar.

A minha orientadora Maria Lucia da S. Sodré, que conduziu o trabalho com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar o vasto conhecimento. Sem vocês o trabalho não seria possível. Muito obrigado!

RESUMO

Políticas de Assistência Técnica e Extensão à Agricultura Familiar: a experiência no município de Iaçú – BA

No cenário econômico do município de Iaçú, localizado no estado da Bahia, a agricultura familiar desempenha um papel de destaque na geração de emprego, renda e melhoria das condições de vida da comunidade local. É nesse contexto que se apresenta este projeto que tem como objetivo geral analisar a evolução do acesso às políticas públicas para a agricultura familiar no município de Iaçú entre os anos de 2017 e 2023, considerando não apenas a implementação dessas políticas, mas também seu impacto na produtividade agrícola, no desenvolvimento econômico e na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e da comunidade em geral. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo, com foco nas Políticas Públicas de Incentivo à Agricultura Familiar em Iaçú, Bahia, com uma abordagem qualitativa. O instrumento utilizado para coleta de dados foi uma entrevista aplicada de forma presencial para 30 agricultores familiares. A análise apontou dados importantes sobre o progresso da agricultura familiar no município e a eficácia das políticas de assistência técnica e extensão. Dessa forma, contribui para uma visão mais abrangente das consequências dessas políticas na vida da comunidade local e na economia de Iaçú, Bahia. Os resultados da pesquisa apontaram informações valiosas sobre o progresso da agricultura familiar no município e a eficácia das políticas de assistência técnica e extensão, com a intenção de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Conclui-se que as políticas de assistência técnica e extensão à Agricultura Familiar, com foco na ação municipal, tiveram um impacto substancial no município de Iaçú, Bahia. A melhoria no acesso à assistência técnica municipal e o reconhecimento das principais necessidades dos agricultores representam avanços significativos. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como a necessidade de políticas agrícolas mais claras e a garantia de que os benefícios dos programas de incentivo sejam comunicados de maneira mais eficaz. Continuar a fortalecer as políticas e programas de apoio é fundamental para promover o crescimento sustentável da agricultura familiar e, conseqüentemente, a prosperidade da comunidade de Iaçú.

Palavras-chave: Desenvolvimento agrícola e rural. Políticas Públicas. Desenvolvimento sustentável. Extensão rural.

ABSTRACT

Technical assistance and extension policies for Family Farming: Municipal Action and its Consequences in the municipality of Iaçú – BA

In the economic scenario of the municipality of Iaçú, located in the state of Bahia, family farming plays a prominent role in generating employment, income and improving the living conditions of the local community. It is in this context that this project is presented, with the general objective of analyzing the evolution of access to public policies for family farming in the municipality of Iaçú between the years 2017 and 2023, considering not only the implementation of these policies, but also their impact on agricultural productivity, economic development and improving the living conditions of family farmers and the community in general. To this end, field research was carried out, focusing on Public Policies to Incentive Family Farming in Iaçú, Bahia, with a qualitative approach. The instrument used for data collection was a questionnaire that was administered in person to 30 family farmers. The analysis highlighted important data on the progress of family farming in the municipality and the effectiveness of technical assistance and extension policies. In this way, it contributes to a more comprehensive view of the consequences of these policies on the life of the local community and the economy of Iaçú, Bahia. The research results revealed valuable information about the progress of family farming in the municipality and the effectiveness of technical assistance and extension policies, with the intention of promoting the sustainable development of family farming. It is concluded that technical assistance and extension policies for Family Farming, with a focus on municipal action, had a substantial impact in the municipality of Iaçú, Bahia. Improved access to municipal technical assistance and recognition of farmers' main needs represent significant advances. However, there are still challenges to be overcome, such as the need for clearer agricultural policies and ensuring that the benefits of incentive programs are communicated more effectively. Continuing to strengthen policies and support programs is essential to promote the sustainable growth of family farming and, consequently, the prosperity of the Iaçú community.

Keywords: Agricultural and rural development. Public policy. Sustainable development. Rural extension.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Forma de trabalho 2017 e 2023.....	26
Gráfico 2 – Tamanho da propriedade em 2017 e 2023.....	29
Gráfico 3 – Atividade agrícola praticada 2017 e 2023.....	30
Gráfico 4 – Problemas com pragas e doenças em plantas 2017 e 2023.....	31
Gráfico 5 – Análise do solo 2017 e 2023.....	32
Gráfico 6 – Participa de programas e projetos de incentivo 2017 e 2023.....	34
Gráfico 7 – Facilidades e dificuldades na obtenção do crédito rural 2017 e 2023.....	35
Gráfico 8 – Valor médio do empréstimo 2017 e 2023.....	36
Gráfico 9 – Tem assistência técnica de apoio e de qual órgão 2017 e 2023.....	38
Gráfico 10 – Como os projetos ou programas de apoio e fomento impactam sua vida 2017 e 2023.....	40
Gráfico 11 – Principais necessidades como agricultor 2017 e 2023.....	43
Gráfico 12 – Recebe assistência do técnico da secretaria de agricultura municipal 2017 e 2023.....	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA.....	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 Agricultura familiar e política pública	15
3.2 Gestão das políticas públicas.....	19
3.3 Implementação de Políticas Públicas e sua função no desenvolvimento da agricultura familiar.....	21
3.4 PNATER - Uma política voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	25
5. CONCLUSÕES.....	47
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	49
APÊNDICES	51
APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTÃO UTILIZADOS EM 2017 E 2023.....	51
APÊNDICE B – REGISTRO DE VISITAS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA.....	52

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil desempenha um papel fundamental no fornecimento de alimentos saudáveis e ecologicamente sustentáveis para o mercado interno, enquanto também se empenha na preservação dos recursos naturais e na manutenção da cultura rural. Além disso, ela desempenha um papel crucial na geração de empregos nas áreas rurais e na promoção do desenvolvimento sustentável do país.

No Brasil, a agricultura familiar abrange uma área total de 80,9 milhões de hectares, equivalente a aproximadamente 23% da extensão total dos estabelecimentos agropecuários no país. Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017, que abrangeu mais de 5 milhões de propriedades rurais em todo o território nacional, constatou-se que cerca de 77% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil são classificados como pertencentes à agricultura familiar. Além disso, as estatísticas indicam que, em setembro de 2017, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de indivíduos, o que representa aproximadamente 67% do total de pessoas ocupadas no setor agropecuário, desempenhando um papel significativo na geração de renda para 40% da população economicamente ativa (IBGE, 2017).

As últimas décadas tem se caracterizado pelo crescimento e fortalecimento das grandes propriedades de monoculturas voltadas à exportação. Com isso, a agricultura familiar não tem sido valorizada como deveria, uma vez que a falta de estrutura se torna um desafio, em um cenário de uma agricultura cada vez mais competitiva e globalizada. Diante desse cenário, políticas públicas têm sido implementadas com intuito de facilitar o acesso do produtor familiar a financiamentos e assistência técnica.

As políticas relacionadas à agricultura familiar englobam uma série de aspectos cruciais para o desenvolvimento e sustentabilidade desse setor fundamental da economia brasileira. Entre esses aspectos, destacam-se o acesso ao crédito, a comercialização dos produtos e a assistência técnica. Essas políticas desempenham um papel essencial na promoção da agricultura familiar, garantindo não apenas a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, mas também a preservação dos recursos naturais, a valorização da cultura rural e a geração de

empregos nas áreas rurais.

Mediante o exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: como superar as barreiras que impedem a implementação eficaz de projetos agrícolas que buscam unir rentabilidade e sustentabilidade na agricultura familiar, e quais estratégias podem ser adotadas para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar?

Com a intenção de contribuir para dar respostas a esse problema, foi desenvolvido o seguinte objetivo geral: analisar a evolução do acesso às políticas públicas para a agricultura familiar no município de Iaçú entre os anos de 2017 e 2023, considerando não apenas a implementação dessas políticas, mas também seu impacto na produtividade agrícola, no desenvolvimento econômico e na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e da comunidade em geral.

Em relação aos objetivos específicos, foram estabelecidos: avaliar o impacto das políticas públicas, incluindo o PRONAF, o PNAE e o PAA, no fortalecimento da agricultura familiar no município; investigar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares, incluindo a falta de assistência técnica e os obstáculos para acessar financiamentos; analisar o papel da ATER na melhoria da produção.

2. METODOLOGIA

Para atender aos objetivos propostos, foi utilizada uma abordagem mista, envolvendo a coleta de dados quantitativos e qualitativos. Foi realizada uma pesquisa de campo no município de Iaçú/BA (Figura 1), que está situada na região Centro Sul da Bahia, fazendo parte da Mesorregião Centro Sul Baiano e da Microrregião de Ruy Barbosa. Está localizada a aproximadamente 290 km a oeste da capital do estado, Salvador, fazendo divisa com os municípios de Itaberaba, Nova Itarana e Marcionílio Souza, estando localizado a cerca de 29 quilômetros a sudeste de Itaberaba, que é a maior cidade nas proximidades. (Cidade-Brasil, 2023).

O território do município abrange uma área de 2.451,5 quilômetros quadrados e tinha uma população de 24.305 habitantes no censo mais recente. A densidade populacional na região do município é de aproximadamente 9,9 habitantes por quilômetro quadrado. (Cidade-Brasil, 2023).

Iaçu é conhecida por suas belezas naturais, incluindo rios, cachoeiras e áreas de floresta, o que a torna um destino potencial para o ecoturismo. A economia do município tem forte vínculo com a agricultura, especialmente a agricultura familiar. Cultivos como feijão, mandioca, milho, melancia, abóbora e frutas são comuns na região. A pecuária também desempenha um papel importante na economia local. Sua cultura é bastante influenciada pela herança afro-brasileira e indígena e isso se reflete em tradições, festas e artesanato. (Cidade-Brasil, 2023).

Figura 1 – Mapa do município de Iaçu – BA



Fonte: CUALBONDI (2020).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi uma entrevista aplicada para 30 (trinta) agricultores familiares do município, a fim de comparar as informações sobre sua situação, desafios, e acesso a políticas públicas de apoio entre 2017 e 2023. Foram aplicados um total de 2 questionários para cada um dos agricultores, um em cada ano, compostos pelas mesmas questões.

Em 2017, um levantamento foi conduzido ao longo de dois meses, com visitas semanais, sendo realizadas as entrevistas nas propriedades locais. Durante esse período, foram conduzidas um total de 30 entrevistas nos meses de outubro e novembro em que o principal propósito era compreender a realidade da agricultura familiar na região.

Em relação à escolha dos participantes, a seleção foi realizada tendo como base as pessoas que vendiam produtos advindos da agricultura familiar na feira municipal e também aqueles indicados pela Secretaria de Agricultura local e pelo

Sindicato Rural da cidade de Iaçú.

As variáveis analisadas tinham como objetivo identificar e diagnosticar os pontos fracos existentes. As visitas foram realizadas de forma presencial, com a aplicação de entrevistas específicas, que continham perguntas abertas relacionadas com a temática em questão (APÊNDICE A).

Em 2023, após o período de pandemia, as mesmas propriedades foram visitadas novamente e as mesmas questões foram aplicadas, via entrevista. Isso teve como intuito avaliar o progresso alcançado nas propriedades após a implementação de uma nova gestão de assistência técnica.

As entrevistas foram conduzidas de forma presencial, o que envolveu o pesquisador visitando pessoalmente as propriedades dos agricultores. As respostas não foram gravadas, elas foram sendo anotadas pelo pesquisador em formulário a parte. Todas as questões eram de cunho aberto, ou seja, os participantes tinham a liberdade de dar a resposta que julgassem mais pertinente, não havendo opções a serem escolhidas, baseadas apenas em suas experiências e rotina de trabalho.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de técnicas estatísticas, como análise descritiva e testes de hipóteses, enquanto a análise qualitativa foi conduzida por meio de análise de conteúdo. A triangulação de dados permitiu uma compreensão mais abrangente da evolução da agricultura familiar no município e dos fatores que a influenciam.

Assim sendo, tanto no ano de 2017 quanto no ano de 2023, um total de 30 agricultores familiares participaram deste estudo, devendo responder a questões relacionadas aos seguintes tópicos:

1. **Forma de Trabalho:** Essa pergunta busca entender como os agricultores familiares trabalham em suas propriedades, quais são suas práticas agrícolas e como organizam suas atividades.
2. **Tamanho da Propriedade:** O tamanho da propriedade é um fator importante para compreender o perfil das unidades de produção agrícola no município.
3. **Atividade Agrícola Praticada:** Aqui, busca-se identificar quais culturas ou atividades agrícolas os agricultores familiares estão envolvidos.
4. **Problemas com Pragas e Doenças em Plantas:** Esta pergunta avalia a presença e o impacto de problemas fitossanitários nas plantações.

5. Análise de Solo: Verifica se os agricultores realizam análises de solo para melhorar o manejo de suas terras.

6. Participação em Programas de Incentivo à Agricultura Familiar: Investigar se os agricultores participam de programas ou projetos governamentais voltados para a agricultura familiar.

7. Facilidade ou Dificuldade na Obtenção de Crédito Rural: Avalia a acessibilidade ao crédito, uma questão crucial para a agricultura.

8. Valor Médio do Empréstimo: Esta pergunta busca quantificar o valor médio dos empréstimos obtidos.

9. Assistência Técnica de Apoio: Identifica se os agricultores recebem assistência técnica e de qual órgão ela provém.

10. Impacto dos Projetos ou Programas de Apoio: Avalia como os projetos ou programas de apoio impactam a vida dos agricultores familiares.

11. Principais Necessidades do Agricultor: Identifica as principais demandas e desafios enfrentados pelos agricultores.

12. Recebimento de Assistência do Técnico da Secretaria de Agricultura Municipal: Verifica se os agricultores recebem assistência do técnico da Secretaria de Agricultura Municipal.

Essas perguntas foram fundamentais para coletar informações abrangentes que permitiram uma análise detalhada das políticas e práticas relacionadas à agricultura familiar em Iaçú, Bahia. Elas auxiliaram na compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pelos agricultores e no desenvolvimento de estratégias para melhorar o apoio à agricultura familiar no município.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Agricultura familiar e política pública

Política pública, em seu sentido mais amplo, refere-se ao conjunto de ações, diretrizes e decisões governamentais voltadas para a solução de problemas, a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento de áreas específicas da sociedade. Essas políticas são implementadas pelo Estado, seja em nível federal, estadual ou municipal, e têm como objetivo atender às necessidades e demandas da população, bem como buscar a melhoria das condições de vida e o alcance de metas preestabelecidas. Em essência, as políticas públicas representam o

compromisso do governo em lidar com questões relevantes e contribuir para o progresso e o equilíbrio da sociedade como um todo. (Mastrodi; Ifanger, 2019).

Dentre as políticas públicas para o agricultor de base familiar, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, que é um programa de crédito para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais, que apresenta juros inferiores ao do mercado. Com esses recursos é possível que o produtor invista na atividade, com compras de equipamentos e implantação de sistemas de produção mais eficientes, aumentando sua renda. (Brasil, 2013).

Além do PRONAF, apresentam-se os mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O principal objetivo do PNAE é garantir o acesso à alimentação saudável e adequada aos estudantes matriculados na rede pública de educação básica do Brasil. Este programa visa promover o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar, a formação de hábitos alimentares saudáveis, além de contribuir para o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. (Brasil, 2013).

O PNAE, que surgiu em 1955, nos últimos anos também tem como objetivo apoiar a agricultura familiar, a partir da promulgação da Lei nº 11.947, em 16 de julho de 2009. Essa legislação representou um marco importante para o PNAE, assegurando que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam direcionados à compra de alimentos diretamente da agricultura familiar. Essa medida trouxe avanços significativos para o programa, fortalecendo sua capacidade de promover a nutrição saudável e o apoio à produção agrícola local. Dessa forma, o programa busca não apenas fornecer alimentação escolar de qualidade, mas também estimular o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. (Brasil, 2009).

Segundo estudo de Ribeiro *et al.* (2013), 13 milhões de estudantes são atendidos pelo programa. Além de fortalecer os agricultores familiares, o PNAE desenvolve as economias locais e garante um cardápio mais fresco, saudável e variado aos estudantes.

Outro programa vinculado aos mercados institucionais é o Programa de Aquisição de Alimentos, (PAA), programa criado em 2003 e atualizado pela Lei nº

12.512/2011 que permite que órgãos públicos adquiram produtos diretamente dos agricultores familiares, atendendo as populações que estejam em situação de risco nutricional e criando um mercado para tais produtos. (Souza-Esquerdo;Bergamasco, 2014).

Neste cenário, cabe destacar a Assistência Técnica e Extensão Rural(ATER) que é um conjunto de ações, serviços e orientações voltados para o desenvolvimento rural e agrícola, com o propósito de promover o aumento da produtividade, a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades rurais. Essa assistência técnica e extensão abrange uma variedade de áreas, incluindo práticas agrícolas, pecuária, manejo de recursos naturais, processamento de alimentos, organização comunitária, acesso a políticas públicas e mercados, entre outras. O principal objetivo da ATER é capacitar os produtores rurais, fornecendo conhecimentos e técnicas e organizacionais que os auxiliem a aprimorar suas atividades agrícolas, tornando-as mais produtivas, economicamente viáveis e sustentáveis. (Brasil, 2013).

A ATER pode atender agricultores familiares, pequenos produtores, comunidades tradicionais e outros grupos que dependem da agricultura como fonte de consumo direto ou mercado que garanta geração de renda.

No Brasil, a ATER é frequentemente coordenada por órgãos governamentais, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e executada por empresas ou instituições especializadas em assistência técnica. Além disso, ONGs e cooperativas também desempenham um papel importante na prestação de ATER.

A ATER oferece uma variedade de serviços, incluindo treinamento técnico, visitas técnicas às propriedades rurais, oficinas de capacitação, demonstrações práticas de técnicas agrícolas, acesso às informações e tecnologias atualizadas, e orientações sobre gestão rural. Muitas vezes enfatiza a importância da agricultura sustentável, incentivando práticas que preservem o meio ambiente, reduzam o uso de agrotóxicos, promovam a conservação do solo e da água, e contribuam para a segurança alimentar.

Também desempenha um papel importante na difusão de inovações tecnológicas e práticas agrícolas modernas. Isso ajuda os agricultores a se manterem atualizados e a adotarem métodos mais eficientes e produtivos. Em

alguns casos, a ATER pode facilitar o acesso dos agricultores a programas de crédito rural, ajudando-os a obter financiamento para investimentos em suas propriedades.

Além de melhorar a produção agrícola, a ATER também está voltada para o desenvolvimento rural mais amplo, incentivando a diversificação da economia local, a geração de renda alternativa e a melhoria das condições de vida nas áreas rurais.

A Assistência Técnica e Extensão Rural desempenha, portanto, um papel crucial na promoção da agricultura sustentável, no combate à pobreza rural e na promoção do desenvolvimento das comunidades rurais. É uma ferramenta importante para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico nas zonas rurais.

Apesar do envio das verbas, a falta de assistência técnica ainda dificulta a implementação de projetos agrícolas que unam rentabilidade e sustentabilidade. Além disso, o desinteresse e falta de planejamento de muitos governantes impede que o conhecimento adquirido nos centros de pesquisa, escolas técnicas e universidades chegue a quem realmente precisa, os agricultores familiares.

No Brasil, a legislação relacionada à ATER tem evoluído ao longo do tempo para atender às demandas em constante mudança do setor agrícola e garantir um serviço mais eficiente e eficaz. Abaixo, apresento algumas das mudanças e tendências na legislação de ATER no Brasil:

1. Lei 12.188/2010 (Brasil, 2010):

- Essa lei estabeleceu as diretrizes para a Política Nacional de ATER e criou o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), que visava fortalecer a assistência técnica para agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

2. Lei 13.295/2016 (Brasil, 2016):

- Alterou a Lei 12.188/2010 para incluir as comunidades tradicionais no público-alvo da política de ATER, reconhecendo a importância de atender às necessidades específicas desses grupos.

3. Inclusão da Extensão Rural no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos):

- A extensão rural foi incluída como uma das ações do Programa de Aquisição de Alimentos, permitindo a comercialização direta de produtos agrícolas

de agricultores familiares.

4. Política Nacional de Extensão Rural:

- Em 2020, foi aprovada a Política Nacional de Extensão Rural, que busca estabelecer diretrizes para a prestação de serviços de ATER de qualidade e promover a cooperação entre diferentes entidades envolvidas.

5. Digitalização e Tecnologia:

- A digitalização e o uso de tecnologias avançadas na ATER estão se tornando cada vez mais importantes. O acesso à informação e a capacitação dos extensionistas para usar ferramentas digitais são tendências em ascensão.

6. Parcerias Público-Privadas:

- O envolvimento do setor privado na prestação de serviços de ATER é uma tendência que visa alavancar recursos e expertise adicionais para atender às demandas dos agricultores.

7. Enfoque em Sustentabilidade:

- Há uma crescente ênfase na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, conservação ambiental e adoção de tecnologias limpas na ATER.

8. Fomento à Agroecologia:

- O apoio à agricultura ecológica e práticas agroecológicas está em alta, com foco na redução do uso de agrotóxicos e na promoção da segurança alimentar.

9. Descentralização e Participação Social:

- A legislação tende a promover a descentralização da gestão da ATER e a participação ativa da sociedade na definição das políticas e diretrizes.

Essas mudanças na legislação de ATER refletem uma crescente conscientização sobre a importância da agricultura familiar, da sustentabilidade e do uso de tecnologias para melhorar a produtividade agrícola. Elas também visam garantir que a assistência técnica seja acessível e eficaz para um número maior de agricultores em todo o país.

3.2 Gestão das políticas públicas

A gestão das políticas públicas de assistência à agricultura familiar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de um país. A agricultura familiar é uma importante fonte de produção de alimentos, geração de empregos e preservação ambiental. Nesse contexto, a gestão adequada

dessas políticas é essencial para promover o fortalecimento desse setor e melhorar as condições de vida dos agricultores familiares. (Langbecker; Castellanos; Catalán-Matamoros, 2020).

Conforme destacam Thomson, Bergamasco e Borsato (2017) a gestão das políticas públicas voltadas para a assistência à agricultura familiar é um processo abrangente e essencial para o desenvolvimento desse setor. A formulação de políticas é o ponto de partida desse processo, envolvendo a criação de estratégias e metas específicas para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, o que envolve garantir o acesso a recursos para o sucesso das políticas, incluindo o acesso a crédito agrícola, assistência técnica, insumos e tecnologia, que são essenciais para aumentar a produtividade e competitividade dos agricultores familiares.

Por outro lado, a capacitação e assistência técnica desempenham um papel crucial, capacitando os agricultores a adotarem práticas sustentáveis e melhorarem suas habilidades de gestão, resultando em uma produção de maior qualidade e quantidade. Para isso, a criação de políticas de comercialização eficazes é essencial, incluindo o estabelecimento de mercados locais e regionais, bem como programas de compra direta de produtos da agricultura familiar para instituições como escolas.

Um sistema eficaz de monitoramento e avaliação é necessário para acompanhar o progresso, identificar desafios e fazer ajustes quando necessário, coletando dados socioeconômicos e agrícolas relevantes. Além disso, a participação ativa da sociedade civil, incluindo organizações de agricultores familiares, é essencial para o sucesso das políticas, colaborando com o governo e outras partes interessadas.

Esses pontos, conforme ressaltados por Thomson, Bergamasco e Borsato (2017), fornecem um roteiro abrangente para a gestão eficaz das políticas públicas de assistência à agricultura familiar, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável desse importante setor.

Dessa forma, conforme Vicente *et al.* (2018), a gestão das políticas públicas de assistência à agricultura familiar desempenha um papel vital na promoção do desenvolvimento rural, na redução da pobreza e na garantia da segurança alimentar. É essencial que essa gestão seja eficiente, transparente e focada nas

necessidades reais dos agricultores familiares, para que eles possam contribuir de maneira significativa para o crescimento econômico e o bem-estar da sociedade como um todo.

Em um país onde a agricultura familiar representa uma parcela significativa da produção de alimentos e desempenha um papel crucial na preservação dos recursos naturais e da cultura rural, a implementação eficaz dessas políticas é de extrema importância. Nesse contexto, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) emerge como uma peça fundamental para impulsionar o progresso e a sustentabilidade desse setor, tema que será explorado com mais profundidade no próximo tópico.

3.3 Implementação de Políticas Públicas e sua função no desenvolvimento da agricultura familiar

Diversas definições de política pública são encontradas na literatura, com três delas sendo destacadas, incluindo a visão de Peters (1986, que a caracteriza como ações do governo que afetam a vida dos cidadãos, a de Thomas Dye (1984) que a descreve como escolhas do governo em fazer ou não fazer algo e a de Laswell, que enfatiza as perguntas sobre quem se beneficia, o quê, por quê e que diferença isso faz. Ainda, Howlett, Ramesh e Perl (2013) se baseiam na definição de Thomas Dye e enfatizam que o governo é o principal agente na política pública, envolvendo decisões oficiais e uma determinação consciente.

Apesar das variações, as definições de política pública compartilham alguns aspectos comuns, tais como o foco nas decisões governamentais em torno de interesses, a visão holística, a relevância de atores, instituições e interesses e a ênfase na ação intencional de longo prazo com implementação, execução e avaliação. Portanto, política pública pode ser resumida como o campo que busca traduzir as intenções e plataformas do governo em ações que produzam resultados no mundo real. A autora também destaca que, apesar do governo ser o principal agente, outros grupos e atores também podem influenciar o processo de formulação das políticas públicas. (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

A implementação de políticas públicas, ou seja, a transformação das decisões políticas em ações, com ênfase no contexto brasileiro devido ao seu arranjo federativo específico. Neste arranjo, os municípios têm autonomia administrativa e

política, afetando a implementação de políticas destinadas à população em situação de rua. A capacidade estatal dos municípios é vista como uma variável determinante no processo de adesão e execução dessas políticas, levantando questões sobre o arranjo federativo e suas implicações nas políticas públicas, juntamente com as capacidades dos municípios. (Arretche, 2004).

Nesse contexto, de acordo com Abrucio (2005), as políticas públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais, desempenham um papel fundamental na organização e no direcionamento das ações governamentais para atender às necessidades da população. Cada esfera de governo tem suas responsabilidades e áreas de atuação específicas, e o papel das políticas públicas pode variar de acordo com o nível de governo em questão.

- Políticas Públicas Federais: O governo federal geralmente tem um papel de coordenação e formulação de políticas mais abrangentes que afetam o país como um todo. Isso inclui áreas como educação, saúde, segurança social, infraestrutura nacional e questões macroeconômicas. Além disso, o governo federal muitas vezes fornece recursos financeiros para estados e municípios implementarem programas e projetos alinhados com as políticas federais. (Abrucio; Franzese, 2011).

- Políticas Públicas Estaduais: Os governos estaduais têm um papel intermediário entre o federal e o municipal. Eles são responsáveis por questões que afetam todo o estado, como segurança pública, educação de nível médio e a organização de sistemas de saúde regionalizados. Os estados também têm autonomia para desenvolver políticas específicas de acordo com as necessidades locais. (Abrucio; Franzese, 2011).

- Políticas Públicas Municipais: Os governos municipais estão mais próximos das comunidades e são responsáveis por questões de interesse local, como educação infantil, transporte público, saneamento básico e planejamento urbano. Eles têm a responsabilidade de garantir que as políticas públicas sejam adaptadas às necessidades e características específicas de suas cidades. (Abrucio; Franzese, 2011).

Assim sendo, as políticas públicas federais geralmente estabelecem diretrizes amplas, os estados as adaptam para as realidades regionais e os municípios implementam programas e projetos específicos para atender às demandas locais. A colaboração e a coordenação entre esses diferentes níveis de governo são essenciais para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e beneficiem a

população de forma abrangente.

3.4 PNATER - Uma política voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) é uma política pública brasileira que desempenha um papel crucial no desenvolvimento da agricultura familiar no país. Criado com o objetivo de promover o fortalecimento desse setor, o PNATER visa melhorar as condições de vida dos agricultores familiares, contribuir para a segurança alimentar e nutricional, e impulsionar o desenvolvimento rural sustentável. (Quidá; Cabral Filho, 2019).

É relevante ressaltar que, como mencionado anteriormente, as políticas direcionadas à agricultura familiar tiveram sua origem antes de 2010. Dessa forma, o que a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, efetivamente realizou foi articular e consolidar essas políticas de forma abrangente e coerente. Essa legislação representa um marco significativo na regulamentação e no reconhecimento do papel essencial desempenhado pela agricultura familiar no contexto do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. (Brasil, 2010).

Esta lei define a agricultura familiar como aquela desenvolvida por unidades familiares de produção agrícola, cuja gestão do estabelecimento, trabalho, renda e apropriação dos resultados do trabalho são conduzidos majoritariamente pelos membros da família, e cuja mão de obra é predominantemente composta por membros da própria família. (Brasil, 2010).

A referida lei alterou o nome da política anterior, que era regida pela Lei nº 4.739, de 13 de junho de 2003, passando a denominá-la de PNATER, institucionalizando o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) (Brasil, 2010).

De acordo com Vicente, Borges e Wander (2018), a PNATER foi instituída em 2003, e desde então tem sido um importante instrumento para a promoção da agricultura familiar no Brasil. Ele se baseia em uma série de estratégias e ações que visam atender às necessidades específicas desse grupo de agricultores, que compreende a grande maioria dos produtores rurais no país.

Conforme destacado por Vicente, Borges e Wander (2018), o PNATER

compreende uma série de características e componentes cruciais que desempenham um papel fundamental no apoio e desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.

Um importante componente da PNATER é o apoio ao crédito rural, que visa facilitar o acesso dos agricultores familiares a recursos financeiros com condições diferenciadas e taxas de juros mais baixas. Essa iniciativa tem como objetivo permitir que esses agricultores invistam em suas atividades agrícolas, adquiram insumos e tecnologias e, assim, melhorem sua produtividade.

Outro aspecto fundamental é a oferta de assistência técnica e extensão rural (ATER) no âmbito da PNATER. Essa assistência engloba orientações sobre práticas agrícolas sustentáveis, manejo responsável dos recursos naturais e uso eficiente de insumos, fornecendo aos agricultores familiares o conhecimento necessário para otimizar suas atividades.

O programa também estimula a participação dos agricultores familiares em políticas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Isso cria um mercado estável e garantido para os produtos da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento econômico desses produtores.

A PNATER apoia ativamente a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, incentivando a agroindustrialização e a formação de cooperativas e associações de produtores. Essa abordagem busca fortalecer a capacidade dos agricultores de agregar valor aos seus produtos e acessar novos mercados.

Além disso, o programa promove práticas agrícolas sustentáveis que visam à conservação dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente, contribuindo para a sustentabilidade ambiental das atividades agrícolas. Outro aspecto relevante é a assistência na regularização fundiária, proporcionando aos agricultores familiares segurança jurídica sobre suas terras, o que é fundamental para proteger seus direitos de propriedade.

Por fim, a PNATER busca fortalecer as organizações de agricultores familiares, como sindicatos e cooperativas, para que possam representar melhor os interesses desse grupo e promover a colaboração entre os agricultores. Essa cooperação é essencial para alcançar os objetivos de desenvolvimento rural

sustentável.

Segundo Thomsom *et al.* (2021), a PNATER desempenha um papel essencial na redução da desigualdade no meio rural, na geração de empregos, no aumento da produção de alimentos e na promoção do desenvolvimento sustentável. Ele contribui significativamente para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, que desempenham um papel vital na produção de alimentos no Brasil.

Além disso, ao promover a agricultura familiar, o programa contribui para a diversificação da produção agrícola, a preservação da cultura rural e o fortalecimento das economias locais, especialmente em regiões menos desenvolvidas do país. Portanto, a PNATER é uma política fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. (Langbecker; Castellanos; Catalán-Matamoros, 2020).

Assim sendo, de acordo com o exposto por Quidá e Cabral Filho (2019), o Estatuto da Agricultura Familiar, regulamentado pela Lei nº 12.188/2010, representa um avanço significativo na promoção e no fortalecimento dessa importante parcela da agricultura brasileira. Através dessa legislação, o governo busca criar condições para que os agricultores familiares tenham melhores oportunidades, melhorem sua qualidade de vida e contribuam para o desenvolvimento sustentável do país.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da pesquisa realizada junto aos agricultores familiares do município de Iaçú – BA, a primeira no ano de 2017 e a segunda no ano de 2023, foi possível realizar um estudo comparativo entre esses dois períodos no que tange às informações sobre a sua situação, desafios e acesso a políticas públicas que visam fomentar a agricultura familiar.

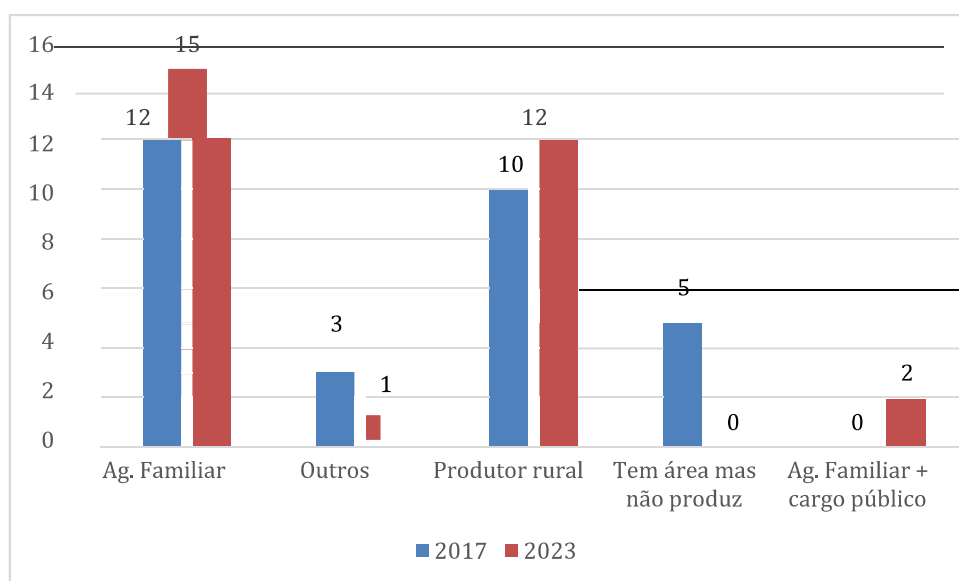
Isso, por sua vez, representa um importante enfoque de estudo que reflete a interseção entre as políticas públicas, o desenvolvimento rural e a qualidade de vida das comunidades agrícolas. Neste contexto, é fundamental examinar de maneira crítica e detalhada as implicações das políticas implementadas a nível municipal, visando compreender seus impactos na agricultura familiar, na sustentabilidade agrícola e no bem-estar das populações rurais.

Através desta análise aprofundada, consegue-se não apenas identificar os resultados alcançados, mas também fomentar uma discussão construtiva sobre como a assistência técnica e a extensão rural podem contribuir efetivamente para o progresso das comunidades rurais em laço, e, por extensão, em contextos similares em todo o país. Este tópico investigativo visa lançar luz sobre as dinâmicas das políticas agrícolas em âmbito municipal e suas repercussões no contexto da agricultura familiar, um setor crucial da economia brasileira e um componente vital para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, os resultados aqui apresentados, referem-se aos anos de 2017 e do ano de 2023, a partir de entrevistas com 30 agricultores familiares na pesquisa de campo.

Assim, quando questionado em campo com relação à forma de trabalho, o Gráfico 1 apresenta os resultados mais expressivos no ano de 2017 e 2023, com a finalidade de se verificar o que mudou nessa questão em 2023 em relação a 2017.

Gráfico 1 – Forma de trabalho 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

Com base no que se pode observar no Gráfico 1, há uma continuidade na predominância de duas categorias principais: "Produtor rural" e "Ag. Familiar", no entanto, em 2017 a categoria "Produtor rural" foi a segunda ocupação mais comum, com 10 produtores identificados nessa categoria. Essa categoria produtor rural é aqui definida por aqueles produtores que produzem em áreas maiores, com mão

de obra contratada. A categoria "Ag. Familiar" foi à primeira ocupação mais comum, com 12 produtores. Houve menção de "Tem área, mas não produz" por cinco produtores.

Já em 2023, a categoria "Produtor rural" continua a ser a segunda ocupação mais comum, com 12 produtores. "Ag. Familiar" permanece em primeiro lugar, significativa, com 15 produtores. Uma nova categoria, "Ag. Familiar + Cargo público," apareceu com 2 produtores identificados dessa forma.

A respeito disso, entende-se a pertinência de explicar a diferença entre produtor rural e agricultor familiar. Sobre o produtor rural:

1. Escala de Produção:

- Um produtor rural pode estar envolvido em uma produção agrícola em grande escala. Isso pode incluir fazendas extensas dedicadas a culturas comerciais, pecuária em larga escala ou produção de commodities em grande quantidade.

2. Características:

- Os produtores rurais podem ser proprietários de grandes propriedades rurais ou fazendas e geralmente operam com maior capital e recursos.

3. Foco Comercial:

- A produção de um produtor rural muitas vezes é voltada para o mercado comercial, visando a venda em larga escala, tanto nacional quanto internacional.

4. Relação com a Terra:

- A relação do produtor rural com a terra pode ser mais voltada para o uso intensivo da terra e a maximização da produção para fins lucrativos.

5. Estrutura Empresarial:

- Muitas vezes, a atividade do produtor rural é gerenciada de maneira mais formal, seguindo práticas de negócios e estruturas empresariais.

Em relação ao agricultor familiar:

1. Escala de Produção:

- O agricultor familiar está envolvido em uma produção agrícola em menor escala. Isso inclui pequenas propriedades rurais e atividades agrícolas direcionadas principalmente ao sustento da família.

2. Características:

- Os agricultores familiares geralmente têm uma relação direta com a terra, trabalhando em suas propriedades e contando com a mão de obra da família.

3. Foco na Sustentabilidade:

- A agricultura familiar tende a priorizar a subsistência da família e a sustentabilidade dos recursos naturais. Muitas vezes, os agricultores familiares adotam práticas agroecológicas e de agricultura sustentável.

4. Relação com o Mercado:

- Embora os agricultores familiares possam vender parte de sua produção, seu foco principal é a produção de alimentos para a família e, em alguns casos, para o mercado local ou regional.

5. Estrutura Informal:

- A atividade do agricultor familiar é frequentemente gerenciada de maneira mais informal, com menos estrutura empresarial e menos capital.

Mediante isso, importante salientar que a diferença fundamental entre um produtor rural e um agricultor familiar está na escala de produção, no foco comercial, na relação com a terra e na estrutura de gestão. Produtores rurais operam em uma escala maior, visando principalmente o mercado comercial, enquanto os agricultores familiares têm uma escala de produção menor e priorizam a subsistência da família e a sustentabilidade. Ambos desempenham papéis importantes na agricultura, atendendo a diferentes necessidades e contextos.

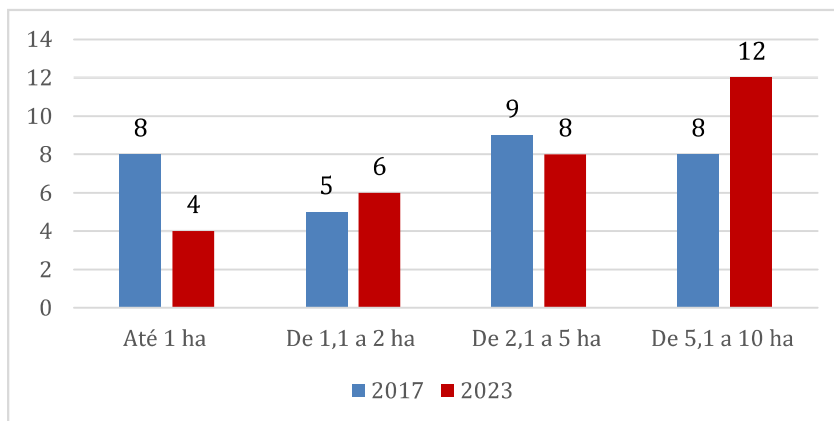
Essas mudanças sugerem que, embora a agricultura familiar e a produção rural ainda sejam as ocupações predominantes, houve uma ligeira diminuição no número de produtores que não produzem ("Não produz"). Além disso, a introdução da categoria "Ag. Familiar + Cargo público" em 2023 pode indicar uma possível combinação de atividades agrícolas com empregos públicos. No geral, as ocupações dos produtores mantiveram uma certa consistência ao longo desses anos, mas com algumas variações.

Importante mencionar que essas formas de trabalho foram informadas pelos próprios participantes, ou seja, eles responderam da maneira que mais acharam pertinente, de acordo com a sua percepção em relação ao que foram questionados, não havendo interferência por parte do pesquisador. Justamente por isso, entendeu-se a importância de manter essas respostas assim, a fim de evidenciar na íntegra as informações obtidas.

Acerca da questão de número dois, tinha o intuito de saber dos agricultores qual o tamanho da área que utilizam para a produção, de modo que as respostas de

2017 e 2023 estão apresentadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Tamanho da propriedade em 2017 e 2023

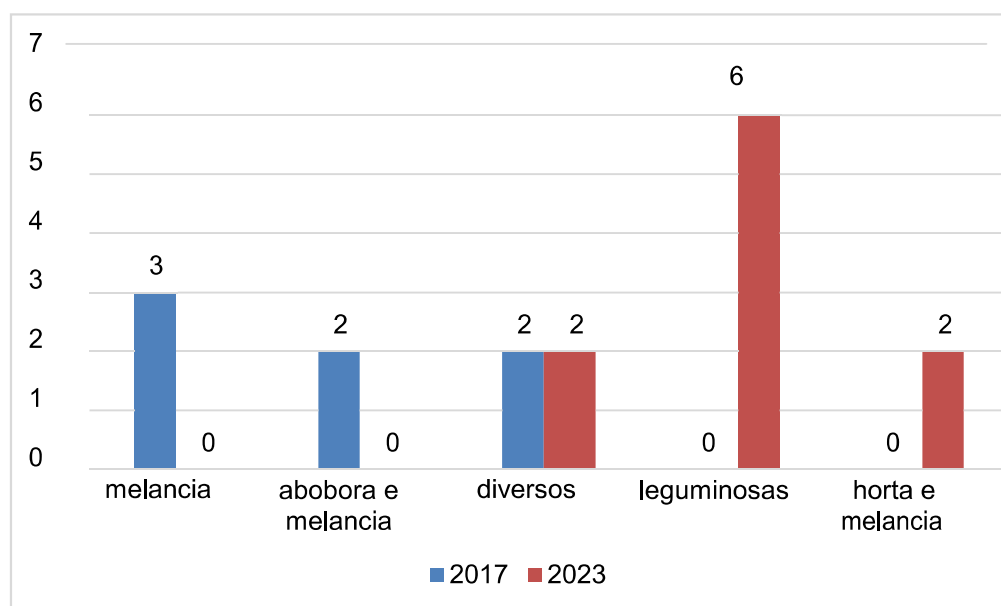


Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

Analisando o Gráfico 2, os resultados indicam mudanças na área de cultivo ao longo do tempo. Em geral, houve um aumento na área de terra cultivada, principalmente aquelas maiores que 5 hectares, enquanto as que as demaistiveram flutuações, algumas aumentando e outras diminuindo. É importante avaliar as razões por trás dessas mudanças e considerar os fatores que podem ter impactado a produção agrícola, como práticas de manejo, condições climáticas e investimentos na agricultura.

A questão seguinte era sobre os tipos de produtos produzidos na propriedade e não atividade agrícola praticados pelos agricultores entrevistados e as respostas de 2017 e 2023 estão apresentadas no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Atividade agrícola praticada 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

Analisando o Gráficos 3, algumas considerações podem ser realizadas.

Em 2023, uma parcela significativa dos agricultores entrevistados indicou que estava envolvida no plantio de leguminosas. Porém, esta atividade agrícola parece não ter ocorrido com maior destaque em 2017, não havendo uma quantidade significativa destaque. As leguminosas são uma fonte importante de proteína vegetal e nitrogênio para o solo, o que pode beneficiar outras culturas. Além disso, também são itens que oferecem aos produtores maiores rendimentos. O cultivo de hortas e melancia também foi mencionado por vários agricultores em 2023. A horta é uma atividade versátil que fornece alimentos frescos e nutritivos, tanto para consumo próprio quanto para possível venda. No entanto, em 2017 não se viu uma produção significativa desse produto, não sendo mencionado com destaque pelos produtores nesse ano.

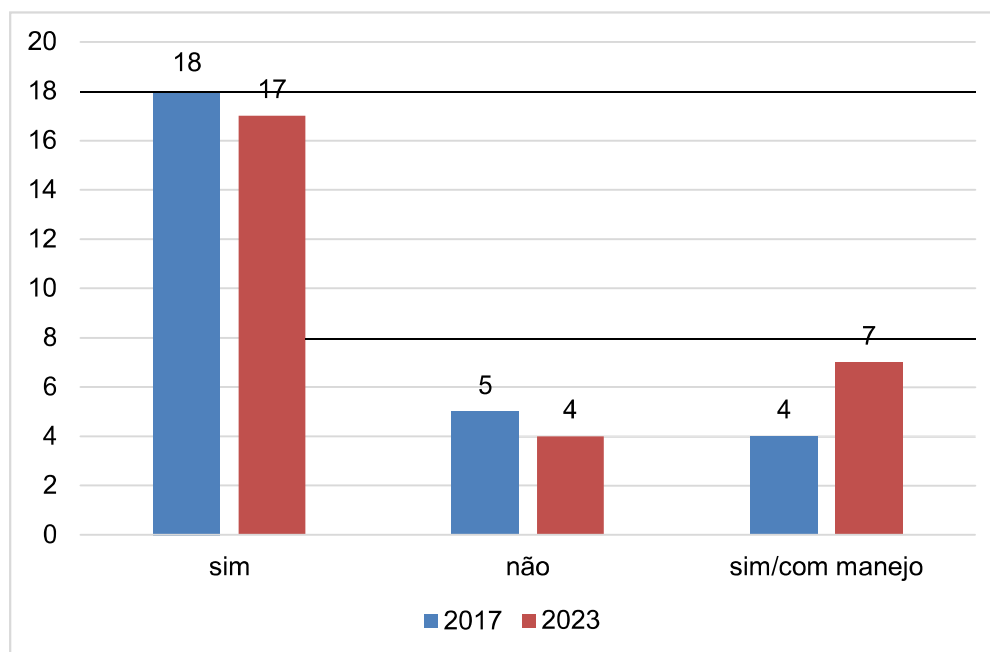
Já o cultivo de melancia apresentou uma redução na produção entre 2017 e 2023, pois não foi apontada uma produção significativa pelos agricultores em 2023. A falta de produção de melancia em 2023 pode ser resultado de várias razões, como mudanças nas preferências do agricultor, problemas climáticos, flutuações nos preços de mercado ou a decisão de se concentrar em outras culturas.

Os resultados indicam mudanças significativas nas atividades agrícolas do agricultor ao longo do período de 2017 a 2023. Houve uma redução na produção de melancia e abóbora, ao mesmo tempo em que houve um aumento notável no cultivo

de leguminosas e na incorporação da horta e melancia em suas atividades. Essas mudanças podem estar relacionadas a fatores como preferências do agricultor, demanda de mercado ou fatores climáticos e sazonais.

Quando questionado na pesquisa sobre a presença de problemas com pragas e doenças em plantas, as respostas dos participantes em 2017 e 2023 estão evidenciadas no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Problemas com pragas e doenças em plantas 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

A respeito dos problemas com pragas e doenças em plantas, tanto no ano de 2017 quanto em 2023, a maioria dos agricultores entrevistados relatou ter problemas com pragas e doenças em suas plantas. A resposta "sim" foi a mais comum, indicando que a presença de pragas e doenças era uma preocupação generalizada. Alguns agricultores mencionaram que desistiram da produção devido a esses problemas, demonstrando a gravidade do problema em algumas situações.

Além disso, algumas respostas indicaram que, embora houvesse problemas, os agricultores estavam realizando algum tipo de manejo para controlar as pragas e doenças. Isso mostra que a conscientização sobre a importância do manejo fitossanitário já estava presente em 2017, mas ainda assim, os problemas persistiam.

No entanto, algumas mudanças notáveis podem ser observadas. Em 2023,

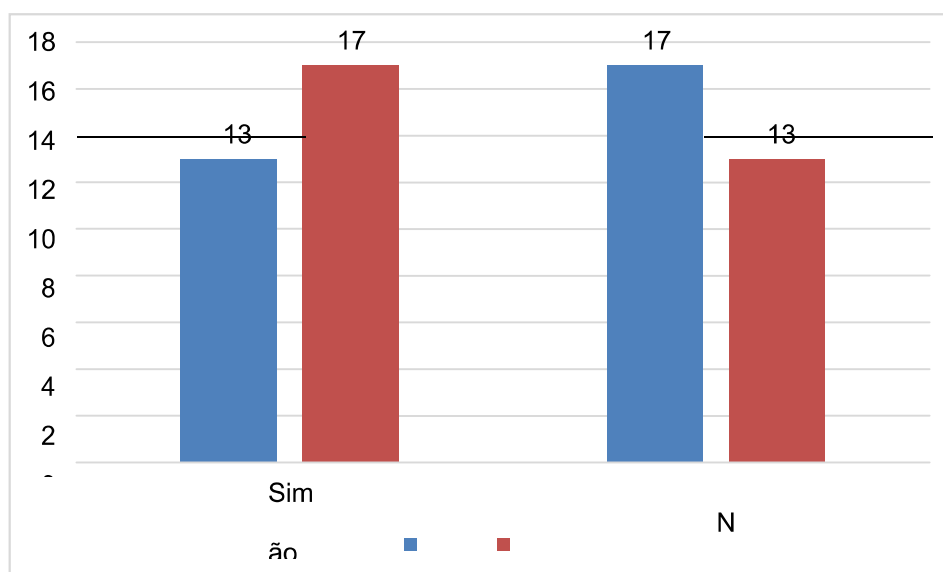
houve um aumento nas respostas que mencionam o "manejo" de pragas e doenças, indicando uma possível conscientização e adoção de práticas de controle mais eficazes. Algumas respostas afirmaram "sim, com manejo", sugerindo que os agricultores estavam implementando estratégias para lidar com esses problemas, o que pode ter contribuído para uma melhoria na situação em relação a 2017.

Houve também algumas respostas "não" em 2017 e 2023, o que pode indicar que alguns agricultores conseguiram controlar efetivamente os problemas de pragas e doenças em suas culturas, mas outros ainda não.

Os resultados comparativos entre 2017 e 2023 revelam que, embora a presença de problemas com pragas e doenças em plantas ainda seja uma preocupação para a maioria dos agricultores, houve um aumento na conscientização e adoção de estratégias de manejo fitossanitário. Isso sugere que os agricultores estão buscando soluções para mitigar os impactos negativos desses problemas em suas culturas. Ainda assim, os desafios fitossanitários continuam sendo uma parte significativa da realidade agrícola, enfatizando a importância da pesquisa e do compartilhamento de melhores práticas para enfrentar esses desafios.

Em campo, foi questionado também se os agricultores tinham recebido ou tinham algum acesso a análise do solo do local onde realizam o plantio de suas culturas. As respostas referentes ao ano de 2017 e 2023 estão apresentadas no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Análise do solo 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

Analisando o Gráfico 5, a respeito da análise do solo, observa-se que em 2017, a maioria dos agricultores entrevistados respondeu "não" à pergunta sobre se tinham acesso à análise de solo. Isso indica que, naquele ano, a maioria dos agricultores não estava utilizando regularmente esse recurso valioso em suas práticas agrícolas. A análise de solo é fundamental para determinar as necessidades de nutrientes do solo e ajustar as práticas de cultivo de acordo com essas informações.

Houve algumas respostas "sim" em 2017, o que indica que pelo menos alguns agricultores reconheciam a importância da análise de solo e estavam buscando essa orientação para suas culturas.

Em 2023, as respostas em relação ao acesso à análise de solo mostram uma mudança positiva em comparação com 2017. Nota-se um aumento significativo no número de respostas "sim", indicando que mais agricultores têm acesso a análises de solo em suas práticas agrícolas. Isso é um indicativo positivo de que a conscientização sobre a importância da análise de solo está crescendo entre os agricultores. No entanto, ressalta-se que os participantes não informaram que se esse serviço é realizado por recomendação da ATER ou não.

No entanto, ainda há algumas respostas "não" em 2023, sugerindo que nem todos os agricultores adotaram essa prática. É importante destacar que a análise de solo pode ser uma ferramenta valiosa para otimizar a fertilização e melhorar a produtividade das culturas.

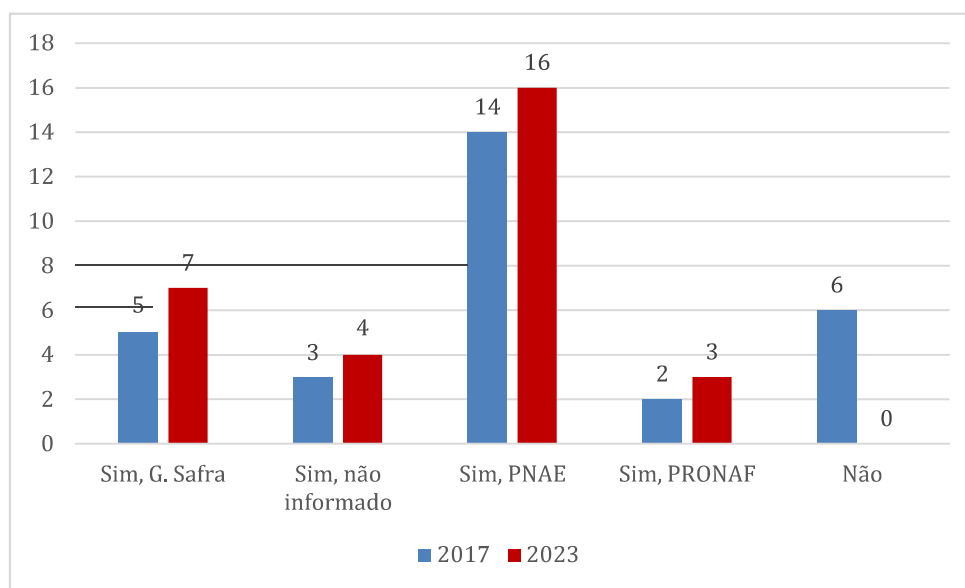
O comparativo entre 2017 e 2023 indica que houve um aumento na conscientização e no acesso à análise de solo entre os agricultores. No entanto, ainda há espaço para melhoria, já que nem todos os agricultores adotaram essa prática fundamental. A análise de solo desempenha um papel importante na tomada de decisões agrícolas informadas, e a expansão do acesso a esse recurso pode contribuir para uma agricultura mais eficiente e sustentável. Portanto, é recomendável continuar promovendo a importância da análise de solo entre os agricultores e fornecer apoio para tornar essa ferramenta mais acessível.

Ressalta-se, nesse contexto, a relevância de ações por parte da ATER, pois a assistência técnica desempenha um papel fundamental na promoção da análise de solo e na agricultura de maneira mais ampla. A ATER envolve o fornecimento de

suporte técnico, orientação e treinamento aos agricultores para melhorar suas práticas agrícolas, aumentar a produtividade e promover a sustentabilidade.

Os participantes da pesquisa também foram questionados a respeito de participarem ou não de programas e projetos de incentivo à agricultura familiar, de modo que as respostas referentes aos anos de 2017 e 2023 estão apresentadas no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Participa de programas e projetos de incentivo 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

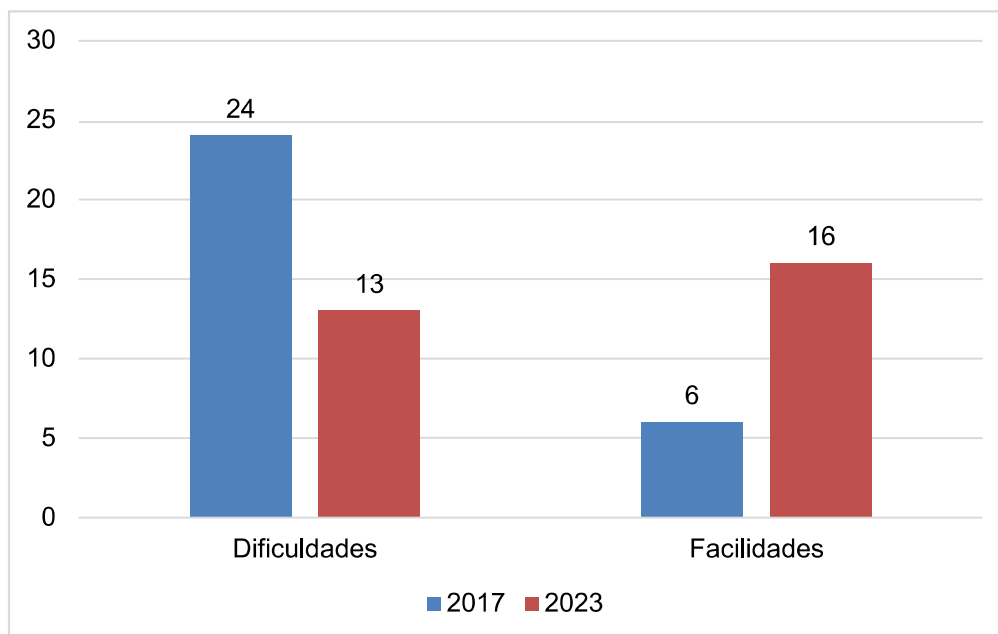
A análise comparativa entre 2017 e 2023 revela que a participação em programas e projetos de incentivo à agricultura familiar apresentou mudança significativa. Os programas mencionados em 2017 ainda são relevantes em 2023, tanto é que os agricultores passaram a ter acesso com mais facilidade e acesso. Em 2017 foram 6 respostas que apontavam não ter acesso a nenhum programa e projeto, já em 2023 todos tem acesso.

No entanto, é importante notar que a falta de divulgação sobre a participação em tais programas pode ser um desafio para avaliar o impacto real e a eficácia dessas iniciativas. A conscientização sobre a importância da participação em programas de incentivo e a comunicação dos benefícios podem ser áreas a serem exploradas para melhorar o apoio à agricultura familiar no futuro.

Os agricultores foram perguntados também se encontram facilidades e dificuldades em relação à obtenção de crédito rural e as respostas referentes aos

anos de 2017 e 2023 estão apresentadas no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Facilidades e dificuldades na obtenção do crédito rural 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

Fazendo uma análise do Gráfico 7, em relação à facilidade ou dificuldade na obtenção de crédito rural nos anos de 2017 e 2023, verificou-se que no ano de 2017 as respostas dos agricultores indicaram uma variedade de percepções em relação à obtenção de crédito rural. Algumas respostas afirmaram "facilidades" em relação à facilidade, indicando que conseguiram obter crédito com relativa facilidade naquele ano. No entanto, a maioria das respostas foi "dificuldades", sugerindo dificuldades significativas na obtenção de crédito rural em 2017.

A respeito disso, é relevante dizer que a ATER é uma peça-chave na obtenção de crédito rural, pois prepara os agricultores para atender aos requisitos dos credores e aumenta suas chances de sucesso financeiro. Além disso, ao melhorar a eficiência agrícola e a gestão financeira, a ATER contribui para a sustentabilidade dos negócios agrícolas, permitindo que os agricultores utilizem o crédito de forma eficaz para investir e expandir suas operações.

Em 2023, por sua vez, viu-se o contrário, uma maior predominância de respostas "facilidades" em relação à resposta "dificuldades", o que pode indicar que a concessão de crédito por parte dos agricultores foi facilitada pelas empresas concedentes, havendo maior disponibilidade de crédito para esses produtores, assim

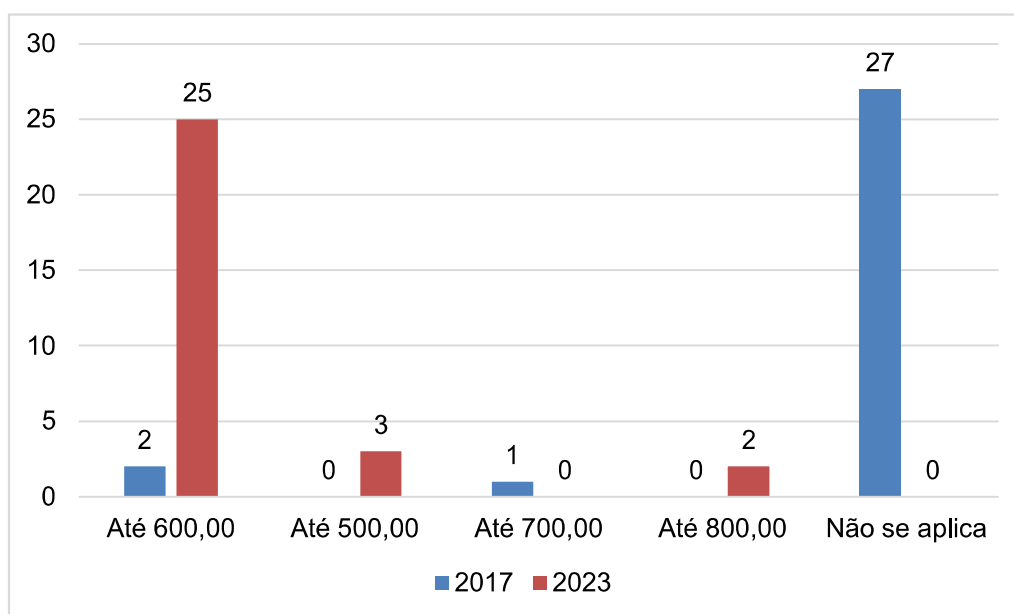
como a possibilidade de mais políticas públicas que tenham surgido no decorrer desse período, contribuindo para uma maior possibilidade de obtenção de crédito.

A análise comparativa entre 2017 e 2023 revela que a questão da obtenção de crédito rural ainda é uma preocupação para muitos agricultores. Embora haja respostas indicando facilidade na obtenção de crédito, tem-se ainda respostas negativas em ambos os anos, o que indica dificuldades nesse processo, ainda que isso tenha sido facilitado a partir de 2017.

A obtenção de crédito rural é um fator crítico para o desenvolvimento e sustentabilidade das atividades agrícolas. Portanto, é essencial continuar a abordar as barreiras que impedem o acesso ao crédito e buscar soluções para melhorar a situação. Isso pode incluir o fortalecimento de programas de assistência financeira, a disseminação de informações sobre opções de crédito e o apoio à capacitação dos agricultores para lidar com processos de obtenção de crédito.

O questionamento seguinte teve o intuito de saber dos agricultores qual o valor médio de empréstimo que eles geralmente fazem e/ou conseguem obter junto às instituições financeiras. As respostas de 2017 e 2023 estão evidenciadas no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Valor médio do empréstimo 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

Sobre o valor médio de empréstimo em 2017 e 2023, vê-se que, em 2017,

é importante notar que a categoria "não se aplica" foi a resposta mais comum, o que pode indicar que, em 2017, muitos agricultores não estavam buscando empréstimos ou não forneceram informações específicas sobre seus empréstimos.

Em 2023, as respostas dos agricultores indicam uma maior uniformidade em relação ao valor médio de empréstimo. A maioria dos agricultores respondeu "Até R\$ 600,00", sugerindo que esse valor se tornou uma referência comum para empréstimos rurais. Algumas respostas mencionaram valores diferentes, como "Até R\$ 800,00" e "Até R\$ 500,00", mas ainda assim, o valor mais frequente foi "Até R\$ 600,00".

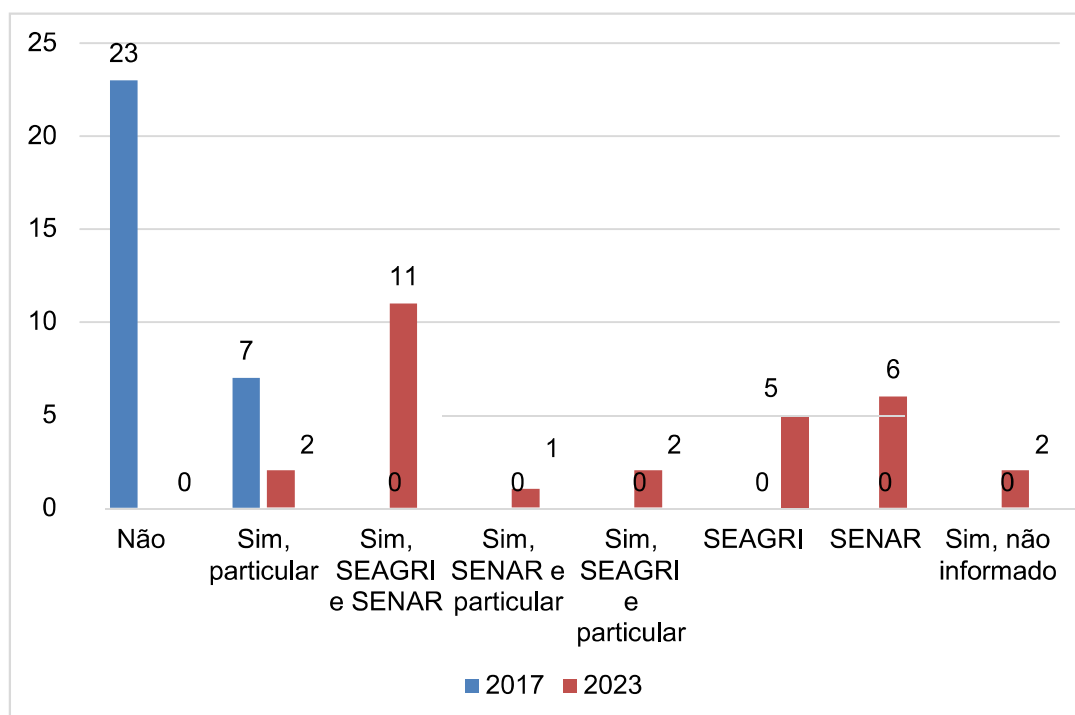
A análise comparativa entre 2017 e 2023 revela uma mudança notável na uniformidade das respostas em relação ao valor médio de empréstimo. Enquanto em 2017 houve uma variedade de valores relatados e uma prevalência da resposta "não se aplica", em 2023, a maioria dos agricultores mencionou um valor médio de empréstimo de R\$ 600,00.

Isso pode indicar uma possível padronização ou estabilização das práticas de empréstimo entre os agricultores. O valor de R\$ 600,00 pode ser uma média comum entre as instituições financeiras ou refletir as necessidades típicas dos agricultores naquele momento. Essa uniformidade pode ser tanto um sinal de maior estabilidade econômica como de menor diversidade nas necessidades de financiamento agrícola.

No entanto, é importante lembrar que as respostas "não se aplica" em 2017 indicam que muitos agricultores podem ter diferentes abordagens em relação aos empréstimos, com alguns optando por não buscar financiamento. Portanto, é essencial continuar a monitorar as tendências de empréstimos rurais para entender as necessidades em evolução dos agricultores.

A respeito do recebimento ou não de assistência técnica de apoio e de qual órgão, os agricultores apresentaram suas respostas em 2017 e 2023, conforme apresentado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Tem assistência técnica de apoio e de qual órgão 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

Em relação à recepção de assistência técnica em 2017 e 2023, verificou-se que, em 2017, as respostas dos agricultores, em sua maioria, responderam "não", indicando que não recebiam assistência técnica naquele ano. Alguns mencionaram que recebiam assistência técnica de entidades particulares, sugerindo que contrataram consultores ou especialistas para apoiar suas operações.

Houve também respostas que não forneceram informações específicas sobre a origem da assistência técnica, e algumas respostas mencionaram a Secretaria de Agricultura (SEAGRI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) como fornecedores de assistência técnica.

Em 2023, as respostas dos agricultores indicam uma maior presença e diversificação na assistência técnica. Muitos agricultores relataram que receberam assistência técnica, e a maioria mencionou a SEAGRI e o SENAR como as entidades que fornecem suporte técnico. Essas respostas sugerem que esses órgãos desempenham um papel importante na assistência técnica aos agricultores.

Houve também menções de assistência técnica particular, indicando que alguns agricultores ainda optam por contratar especialistas privados para apoiar suas atividades. Além disso, algumas respostas não informaram a origem da assistência técnica, e outras mencionaram "não informado".

A análise comparativa entre 2017 e 2023 mostra uma melhoria notável na disponibilidade de assistência técnica para os agricultores. Em 2017, a maioria dos agricultores não recebia assistência técnica, enquanto em 2023, a maioria mencionou a SEAGRI e o SENAR como fontes de apoio técnico. Essa mudança indica um aumento no acesso à orientação e conhecimentos técnicos.

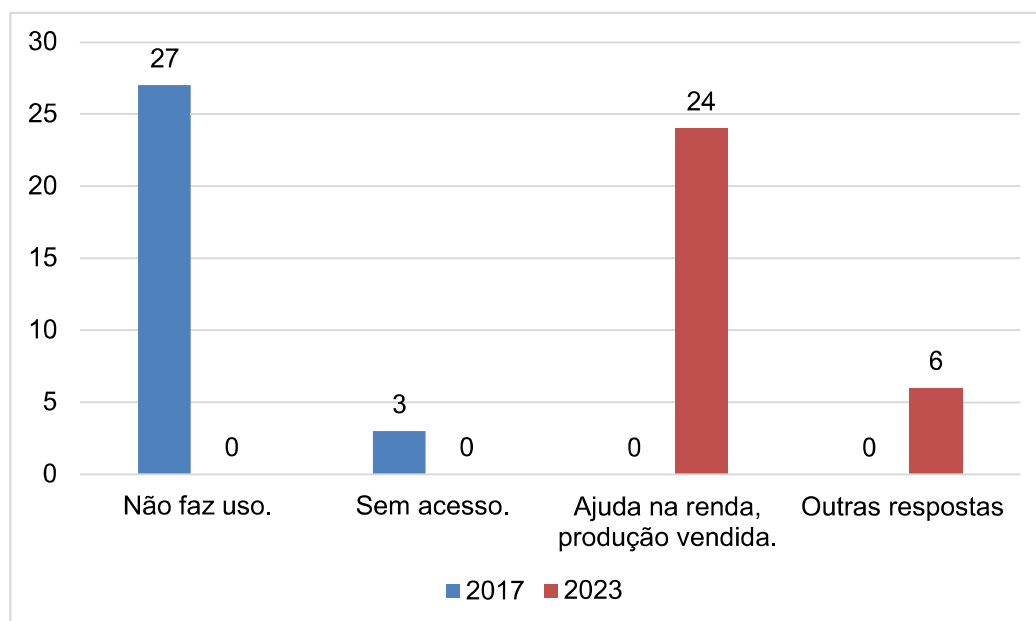
No entanto, ainda existem agricultores que optam por assistência técnica particular, demonstrando que a diversidade de fontes de apoio técnico está disponível para atender às necessidades específicas dos agricultores. A presença de respostas "não informado" sugere que a comunicação e o registro da assistência técnica podem ser áreas que precisam de aprimoramento para garantir uma melhor compreensão da situação.

Em geral, a disponibilidade de assistência técnica é um indicador positivo de apoio ao desenvolvimento agrícola e à produtividade dos agricultores. É importante continuar a fortalecer essas fontes de assistência técnica e garantir que ela seja acessível a todos os agricultores que dela necessitem.

É fundamental ressaltar que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um direito de todo agricultor familiar e uma função do Estado como promotor de políticas públicas. Ela deve ser fornecida de forma gratuita, acessível e de qualidade, pois desempenha um papel crucial no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Os participantes também foram questionados a respeito de como os projetos ou programas de apoio e fomento impactam a sua vida e as respostas dadas em 2017 e 2023 estão apresentadas no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Como os projetos ou programas de apoio e fomento impactam sua vida 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

Em relação ao impacto dos projetos ou programas de apoio e fomento em suas vidas, viu-se que, no ano de 2017 muitos agricultores responderam que "não faziam uso" desses programas, indicando que não estavam diretamente envolvidos ou que não se beneficiavam deles. Houve também respostas que mencionaram "sem acesso", sugerindo que, em alguns casos, os agricultores podem ter encontrado barreiras no acesso a esses programas ou estavam aguardando a aprovação.

Já em 2023, as respostas dos agricultores mostraram uma mudança significativa em relação ao impacto dos projetos e programas de apoio. A maioria das respostas indicou que esses programas ajudaram na renda mensal e na venda de produção. Alguns agricultores enfatizaram que esses programas os ajudaram a realizar sonhos, melhorar a produção e manter o negócio agrícola vivo.

Várias respostas destacaram a importância e a indispensabilidade desses programas, com impactos positivos na economia das famílias e na continuidade das atividades agrícolas.

A análise comparativa entre 2017 e 2023 revela uma mudança notável no impacto dos projetos e programas de apoio e fomento na vida dos agricultores. Enquanto em 2017 a maioria revelou não fazer uso ou não participar de

programas e projeto de apoio e fomento, em 2023, a maioria dos agricultores relatou impactos positivos em suas vidas.

Essa mudança positiva pode ser atribuída a uma série de fatores, e alguns dos principais motivos que podem ter favorecido o acesso e os impactos positivos em 2023 incluem:

1. **Expansão de Programas:** No período entre 2017 e 2023, pode ter havido uma expansão significativa de programas e projetos voltados para a agricultura familiar. Isso pode incluir programas governamentais, parcerias com organizações não governamentais e iniciativas de desenvolvimento local.

2. **Maior Conscientização:** Os agricultores podem ter aumentado sua conscientização sobre a disponibilidade e os benefícios dos programas de apoio e fomento. Isso pode ter ocorrido por meio de campanhas de sensibilização, treinamentos ou comunicações mais eficazes.

3. **Capacitação:** Os agricultores podem ter recebido treinamento e capacitação que lhes permitiu acessar e tirar proveito dos programas de maneira mais eficaz. Isso pode incluir treinamento em gestão agrícola, boas práticas agrícolas e acesso a mercados.

4. **Apoio Técnico:** A oferta de assistência técnica especializada pode ter aumentado, permitindo que os agricultores recebam orientações práticas sobre como implementar práticas agrícolas mais produtivas e sustentáveis.

5. **Acesso a Crédito:** A disponibilidade de crédito rural pode ter aumentado, permitindo que os agricultores acessem recursos financeiros para investir em suas atividades. Isso é especialmente importante para a agricultura familiar, que muitas vezes enfrenta restrições financeiras.

6. **Parcerias Locais:** Parcerias entre os agricultores, órgãos governamentais locais e organizações da sociedade civil podem ter sido fortalecidas, facilitando o acesso aos programas e projetos.

7. **Resultados Positivos Anteriores:** Agricultores que já participaram de programas de apoio e fomento em 2017 podem ter experimentado impactos positivos em suas atividades agrícolas e, portanto, estarem mais inclinados a continuar participando em 2023.

8. Foco na Sustentabilidade: Programas e projetos podem ter se adaptado para incluir uma ênfase maior na sustentabilidade, atendendo às preocupações ambientais e de resiliência às mudanças climáticas.

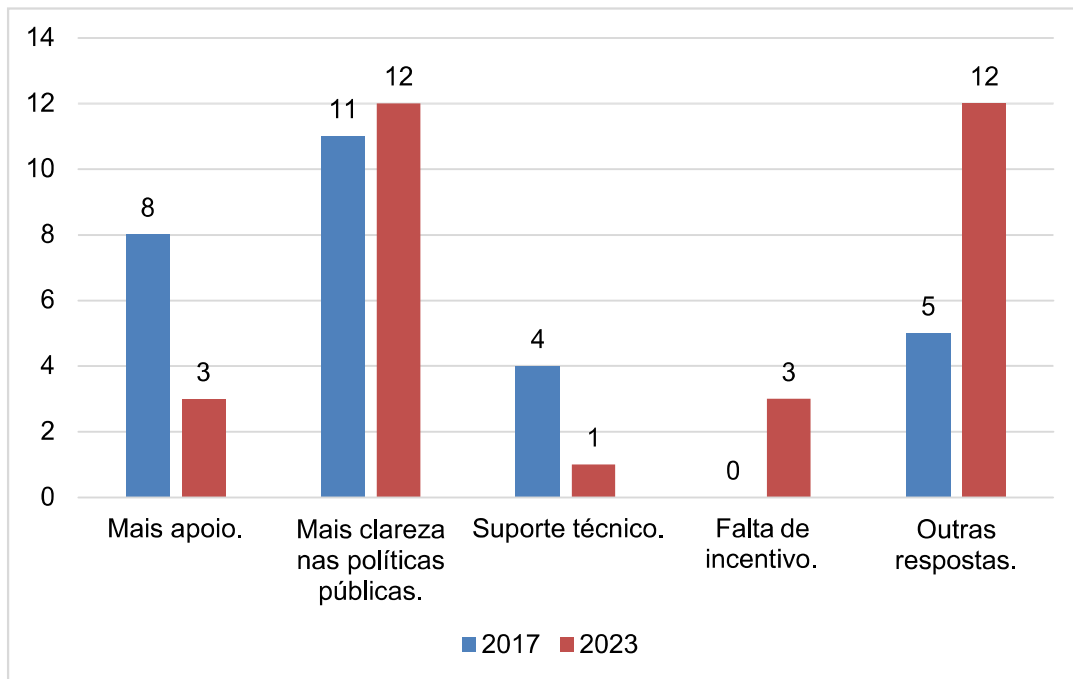
É importante enfatizar que esses fatores podem ter variado dependendo da região e da localização dos agricultores. A combinação de múltiplos fatores e o compromisso contínuo com o apoio à agricultura familiar provavelmente contribuíram para a melhoria observada entre 2017 e 2023. Essa tendência positiva é um indicador importante de que as políticas públicas e os esforços de desenvolvimento estão tendo um impacto real e benéfico nas vidas dos agricultores familiares.

Essa mudança indica que, ao longo desse período, os programas de apoio e fomento se tornaram mais eficazes em melhorar a renda, a produção e o bem-estar dos agricultores. Eles contribuíram para a realização de sonhos e o fortalecimento das atividades agrícolas.

O relato de que esses programas têm sido "indispensáveis" destaca a importância contínua desses esforços para apoiar a agricultura familiar. É essencial continuar a promover e expandir esses programas, garantindo que cheguem a um maior número de agricultores e continuem a impulsionar o desenvolvimento agrícola sustentável.

Para saber a respeito das principais necessidades dos agricultores participantes da pesquisa, os participantes foram questionados em relação a isso, de modo que as respostas dadas em 2017 e 2023 estão evidenciadas no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Principais necessidades como agricultor 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

Sobre as principais necessidades dos agricultores participantes da pesquisa, em 2017, as respostas dos agricultores revelaram uma série de necessidades. Entre as principais necessidades mencionadas estão:

1. Mais clareza nas políticas públicas: Muitos agricultores expressaram a necessidade de políticas agrícolas mais claras e transparentes para entenderem as regras e regulamentos que afetam suas atividades.

2. Mais apoio: A necessidade de mais apoio financeiro e técnico foi destacada, indicando a importância de programas e recursos para ajudar os agricultores em suas operações.

3. Suporte técnico: O suporte técnico era uma necessidade comum, demonstrando que os agricultores desejavam orientações e conhecimentos técnicos para melhorar suas práticas agrícolas.

Em 2023, as respostas dos agricultores continuaram a destacar necessidades semelhantes, com algumas variações. As principais necessidades mencionadas incluem:

1. Mais clareza nas políticas públicas: A necessidade de políticas agrícolas mais claras permanece uma preocupação em 2023, indicando que os agricultores ainda desejam um ambiente regulatório compreensível.

2. Mais apoio técnico: O apoio técnico continuou sendo uma necessidade importante para os agricultores, demonstrando a relevância contínua de orientações especializadas.

3. Falta de incentivo e apoio no campo: A falta de incentivos e apoio no campo foi mencionada como uma necessidade, indicando a importância de programas específicos nas áreas rurais.

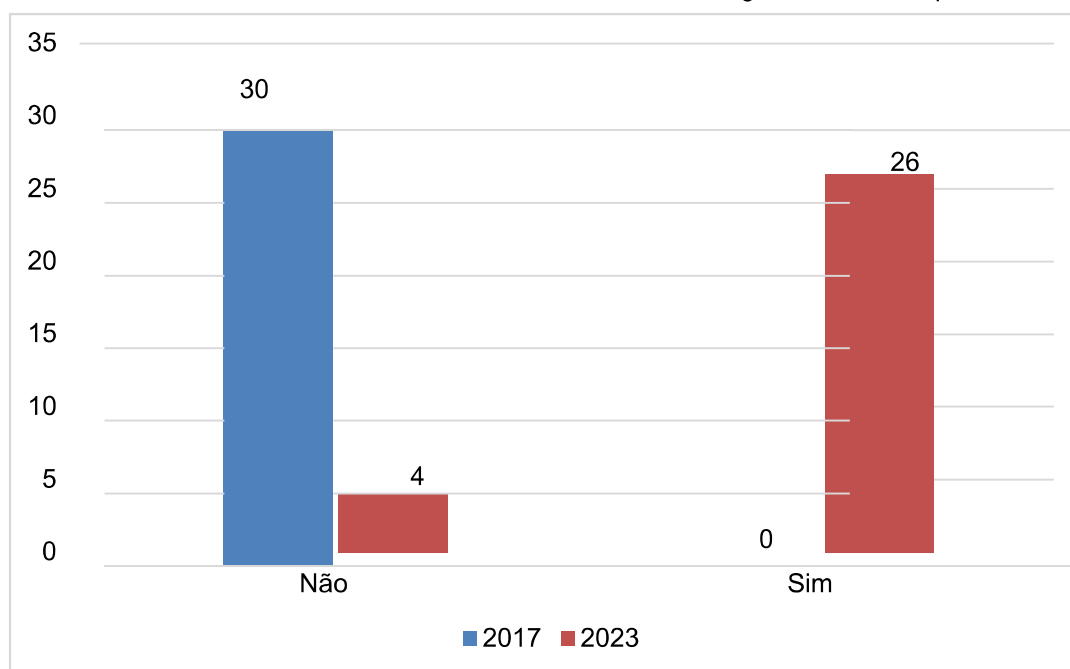
No entanto, cabe ressaltar que outras respostas diversas foram mencionadas pelos agricultores, como: falta de insumo, fertilizantes e adubação, incentivo aos jovens da região, locais para a venda da produção, manejo correto para cada situação, mão-de-obra qualificada, máquinas para os serviços, produzir sem dificuldades na seca, produzir sem interferências de pragas, as quais foram reunidas e evidenciadas no Gráfico 11 como “outras respostas”.

A análise comparativa entre 2017 e 2023 revela que muitas das necessidades dos agricultores permaneceram consistentes ao longo desse período. As principais necessidades incluem mais clareza nas políticas públicas, apoio técnico, incentivo aos jovens e acesso a insumos e recursos financeiros.

A continuidade dessas necessidades destaca a importância de políticas agrícolas sólidas, programas de assistência técnica e financeira e a promoção da sucessão na agricultura. Para atender a essas necessidades, é fundamental que os governos, organizações e instituições continuem a desenvolver e fortalecer políticas e programas que apoiem a agricultura familiar e promovam a sustentabilidade no setor.

Por fim, a pesquisa de campo procurou saber dos participantes da pesquisa se eles recebem assistência do técnico da secretaria de agricultura municipal. As respostas referentes aos anos de 2017 e 2023 estão demonstradas no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Recebe assistência do técnico da secretaria de agricultura municipal 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo (2017 e 2023).

O Gráfico 12, por sua vez, apresenta os resultados em relação à assistência recebida por parte do técnico da Secretaria de Agricultura Municipal, em que se viu que, no ano de 2017, as respostas dos agricultores indicaram que não estavam recebendo assistência do técnico da Secretaria de Agricultura Municipal. Todas as respostas foram "não", sugerindo que em 2017 houve uma falta de envolvimento e assistência direta por parte da Secretaria de Agricultura Municipal.

Em 2023, houve uma mudança significativa nas respostas dos agricultores em relação à assistência do técnico da Secretaria de Agricultura Municipal. A maioria das respostas indicou que agora estão recebendo assistência, com "sim" sendo a resposta predominante.

Essa mudança sugere que, ao longo do período de seis anos, houve um aumento na disponibilidade de assistência por parte da Secretaria de Agricultura Municipal. Os agricultores agora relatam que estão obtendo orientação e apoio técnico desse órgão municipal. Sobre isso, importante destacar que na gestão de 2017 ainda não se tinha técnico e nem a oferta de serviços de ATER.

Além disso, uma mudança de gestor tem implicações positivas, de modo que, toda vez que há prioridade em determinadas área com questões específicas como a agricultura familiar a atuação pode ser diferenciada e ter efeito positivo na

vida das pessoas.

A análise comparativa entre 2017 e 2023 revela uma melhoria notável na recepção de assistência do técnico da Secretaria de Agricultura Municipal por parte dos agricultores. Enquanto em 2017 a maioria não estava recebendo assistência, em 2023 a maioria estava obtendo apoio técnico da Secretaria de Agricultura Municipal.

A melhoria notável na recepção de assistência do técnico da Secretaria de Agricultura Municipal pelos agricultores em 2023 pode ser atribuída a vários fatores. Um desses fatores pode ser uma mudança na administração municipal ou no enfoque da gestão. Alguns fatores específicos que podem ter favorecido essa mudança incluem:

1. **Mudança de Governo:** a nova gestão tem trazido uma abordagem renovada para o apoio à agricultura familiar, incluindo a alocação de mais recursos, pessoal qualificado e uma estratégia de desenvolvimento agrícola mais robusta.

2. **Melhor Organização:** uma Secretaria de Agricultura Municipal mais organizada é um fator-chave. A reestruturação ou melhoria na gestão dos recursos disponíveis permite um melhor atendimento aos agricultores.

3. **Presença de Especialistas:** a contratação de um agrônomo e técnicos especializados na Secretaria de Agricultura Municipal pode ter sido uma mudança significativa. Esses profissionais têm o conhecimento e as habilidades necessárias para fornecer orientação técnica relevante aos agricultores.

4. **Aumento de Recursos:** A alocação de mais recursos financeiros para o apoio à agricultura familiar pode ter possibilitado a expansão dos serviços da Secretaria de Agricultura Municipal. Isso pode incluir fundos para treinamento, compra de equipamentos agrícolas e a realização de programas de extensão.

5. **Melhor Comunicação:** Melhorias na comunicação entre a Secretaria de Agricultura Municipal e os agricultores podem ter contribuído para que mais agricultores buscassem assistência técnica. Isso poderia envolver a divulgação ativa dos serviços disponíveis e uma abordagem mais acessível para os agricultores.

6. **Ênfase no Desenvolvimento Agrícola:** A nova administração pode ter colocado uma ênfase maior no desenvolvimento agrícola como parte de sua estratégia geral de desenvolvimento local. Isso pode refletir um reconhecimento do papel fundamental da agricultura familiar na economia e na comunidade.

7. Capacitação e Treinamento: Programas de capacitação e treinamento para os técnicos e agrônomos da Secretaria de Agricultura Municipal podem ter aprimorado sua capacidade de oferecer assistência técnica de qualidade aos agricultores.

8. Parcerias e Colaborações: A Secretaria de Agricultura Municipal pode ter estabelecido parcerias com organizações locais, estaduais ou federais para expandir seus recursos e conhecimentos na prestação de assistência técnica.

É importante observar que a melhoria nos serviços de assistência técnica da Secretaria de Agricultura Municipal provavelmente é o resultado de uma combinação de fatores. A mudança de governo pode ter sido um catalisador, mas também pode ter havido uma série de medidas e iniciativas específicas para fortalecer o apoio à agricultura familiar. A presença de profissionais qualificados e o compromisso com o desenvolvimento agrícola sustentável são elementos essenciais para essa mudança positiva.

Essa mudança indica um reconhecimento crescente da importância da assistência técnica municipal para as atividades agrícolas e o desenvolvimento rural. A assistência técnica desempenha um papel crucial no fornecimento de orientação, conhecimento e recursos necessários para melhorar a produtividade e a sustentabilidade da agricultura familiar.

É fundamental continuar fortalecendo e expandindo os programas de assistência técnica municipal para garantir que todos os agricultores tenham acesso a esse suporte valioso e, assim, contribuir para o crescimento e a prosperidade das comunidades rurais.

5. CONCLUSÕES

A realização deste estudo revelou uma evolução significativa ao longo do período de seis anos, compreendido entre 2017 e 2023, em relação às políticas públicas de incentivo à agricultura familiar. Durante esse intervalo, várias mudanças e tendências se tornaram evidentes, proporcionando informações valiosas sobre o impacto das ações municipais nesse setor vital da economia local.

Em 2017, a ausência de assistência por parte do técnico da Secretaria de Agricultura Municipal era predominante, refletindo a falta de envolvimento e suporte direto. No entanto, em 2023, o cenário havia se transformado significativamente,

com a maioria dos agricultores relatando receber assistência técnica municipal. Essa mudança indica uma melhoria notável na disponibilidade de orientação e conhecimento especializado, ressaltando o reconhecimento crescente da importância da assistência técnica municipal para as atividades agrícolas e o desenvolvimento rural.

Além disso, a pesquisa revelou que as principais necessidades dos agricultores em 2017, incluindo clareza nas políticas públicas, apoio técnico, incentivo aos jovens e acesso a insumos e recursos financeiros, permaneceram consistentes ao longo do período. Essas necessidades demonstram a importância de políticas agrícolas sólidas e programas de assistência técnica e financeira para apoiar a agricultura familiar e promover a sustentabilidade no setor.

O aumento na participação em programas e projetos de incentivo à agricultura familiar, que se manteve constante entre 2017 e 2023, também é um indicador positivo de apoio ao desenvolvimento agrícola e à produtividade dos agricultores. No entanto, a falta de divulgação sobre a participação em tais programas destaca a importância de melhorar a comunicação e o registro da assistência técnica para garantir uma melhor compreensão da situação.

Por fim, o relato dos agricultores sobre o impacto positivo dos projetos e programas de apoio em suas vidas, incluindo melhorias na renda, produção e realização de sonhos, ressalta a relevância contínua dessas iniciativas para o desenvolvimento econômico local.

Isto posto, verificou-se que as políticas de assistência técnica e extensão à Agricultura Familiar, com foco na ação municipal, tiveram um impacto substancial no município de Iaçú, Bahia. A melhoria no acesso à assistência técnica municipal e o reconhecimento das principais necessidades dos agricultores refletem avanços significativos. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de políticas agrícolas mais claras e a garantia de que os benefícios dos programas de incentivo sejam comunicados de maneira mais eficaz. Continuar a fortalecer as políticas e programas de apoio é fundamental para promover o crescimento sustentável da agricultura familiar e, conseqüentemente, a prosperidade da comunidade de Iaçú.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4137306/mod_resource/content/0/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

CIDADE-BRASIL. **Município de Iacu.** 2023. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-iacu.html>. Acesso em: 17 out. 2023.

CUALBONDI. **Iacu – Microrregião de Itaberaba.** 2023. Disponível em: <https://cualbondi.org/br/a/r362152/iacu/>. Acesso em: 17 out. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 03 ago. 2023.

LANGBECKER, A.; CASTELLANOS, M.E.P.; CATALÁN-MATAMOROS, D. Quando os sistemas de saúde são notícia: uma análise comparativa da cobertura jornalística no Brasil e na Espanha. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 25, n. 11, p. 4281-99, 2020.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araújo. Sobre o conceito de Políticas Públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 5- 18, set./dez. 2019.

QUIDÁ, M. M.; CABRAL FILHO, A. V. Caridade, meritocracia e redistribuição: a tríade histórica da política social e da extensão rural brasileira. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 29–52, 2019. DOI: 10.5433/1679-4842.2019v22n1p29. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/34893>. Acesso em: 03 ago. 2023.

RIBEIRO, Paula de Lúcia Ana; CERATTI Cilene; BROCH, Taís Djulia. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista gestão e desenvolvimento em contexto-Gedecon**, Rio Grande do Sul, v.1, n. 01, 2013.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 205-222, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600011&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 03 ago. 2023.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 70-92, 2017.

VICENTE, I.; BORGES, S.; WANDER, A. E. O financiamento do agronegócio em Goiás. **Revista de Política Agrícola**, v. 27, n. 2, p. 130, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTÃO UTILIZADOS EM 2017 E 2023

- 1- IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR
- 2- FORMA DE TRABALHO
- 3- TAMANHO DA PROPRIEDADE
- 4- ATIVIDADE AGRÍCOLA PRATICADA
- 5- TEM PROBLEMAS COM PRAGAS E DOENÇAS EM PLANTAS?
- 6- TEM ANÁLISE DE SOLO?
- 7- PARTICIPA DE PROGRAMAS E PROJETOS DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR? QUAL?
- 8- EXISTE FACILIDADE OU DIFICULDADE NA OBTENÇÃO DE CRÉDITO RURAL?
- 9- QUAL VALOR MÉDIO DO EMPRÉSTIMO?
- 10- TEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE APOIO? QUAL ORGÃO?
- 11- COMO OS PROJETOS OU PROGRAMAS DE APOIO E FOMENTO IMPACTAM NA SUA VIDA?
- 12- QUAIS AS PRINCIPAIS NECESSIDADES COMO AGRICULTOR?
- 13- RECEBE ASSISTÊNCIA DO TÉCNICO DA SEC. DE AGRICULTORA MUNICIPAL?

APENDICE B – REGISTRO DE VISITAS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA.

Figura 1 - Trabalho de campo 2017.



Fonte: Registro Adeval Almeida.

Figura 2 - Trabalho de campo 2021



Fonte: Registro Adeval Almeida.

Figura 3 - Trabalho de campo 2022.



Fonte: Registro Adeval Almeida.

Figura 4 - Trabalho de campo 2023.



Fonte: Registro Adeval Almeida.

Figura 5 - Trabalho de campo 2022.



Fonte: Registro Adeval Almeida.